

ASSESPROPODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

Audiência Pública: "Ações e projetos do Ministério do Trabalho e Emprego".

Foi realizada, na segunda (9), audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, com a presença do ministro do Trabalho e Emprego, **Luiz Marinho** para debater ações e projetos da pasta. O evento ocorreu em atendimento ao [requerimento](#) do **Paulo Paim** (PT/RS).

O ministro **Luiz Marinho** iniciou sua participação, ressaltando a prioridade de reconstruir o Ministério, restaurar políticas públicas e valorizar o salário mínimo. Seguiu destacando dados fornecidos pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que apontam a geração de 1.388.062 vagas de emprego formal no acumulado do ano, de janeiro a agosto. Dessas, 220.844 novas vagas foram geradas apenas em agosto. A perspectiva é que até o final do ano, o número chegue a 2 milhões de empregos formais. Também mencionou a Política de Valorização do Salário Mínimo, iniciativa capitaneada pela pasta, que visa à melhoria constante na distribuição de renda. Nesse sentido, asseverou que houve um avanço significativo, com o aumento do valor para R\$1.320,00 – em referência à [Lei nº 14.663/2023](#) sancionada em agosto.

Adicionalmente, destacou a importância do envolvimento da sociedade, principalmente do setor empresarial, no combate ao trabalho análogo à escravidão. O Ministério planeja construir pactos com os setores produtivos, citando um com o setor canavieiro, com o objetivo de promover o conceito de trabalho decente. Para esse fim, o ministro sublinhou o papel dos sindicatos, destacando sua função como “mediadores de problemas” e atores que podem facilitar a comunicação na relação entre empregado e empregador.

Informou que neste ano, há planos para a inclusão da faixa de renda de até R\$ 2.640,00 na isenção de Imposto de Renda – lembrando que o objetivo do Governo é alcançar, até o final do mandato, a isenção da faixa de R\$ 5 mil reais. Além disso, reforçou a oportunidade avançar na pauta da equidade salarial e promover a igualdade de oportunidades – tema alvo da [Lei nº 14.611/2023](#), sancionada em julho.

Já sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), especificamente sobre [FGTS digital](#) – conjunto de sistemas integrados que vai gerenciar os diversos processos relacionados ao cumprimento da obrigação de recolhimento do FGTS a ser implementado a partir de 2024 –, o ministro afirmou que sua implementação proporcionará economia de 34 horas por mês, em termos de burocracia, para as empresas e maior transparência para os trabalhadores. Observou, no entanto, que existem fragilidades no Fundo, especialmente no que diz respeito ao saque de aniversário – sistemática opcional onde anualmente o trabalhador pode sacar parte do seu saldo de FGTS, embora limite o resgate em caso de demissão. A intenção é alterar essa sistemática, embora reconheça que o progresso nessa direção deve ser gradual.

Em relação ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), afirmou que os recursos vêm sendo utilizados de maneira inadequada, pois foram destinados, em parte, para complementar a Previdência – previsão estabelecida pela Reforma da Previdência, e que soma mais de R\$ 29 bilhões no últimos dois –, em contraste com seu propósito original que envolve o financiamento de investimentos, por exemplo. O Ministro trabalha em uma solução para reequilibrar os gastos, envolvendo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que deverá determinar a quantia necessária para complementar a Previdência, até 2025. Após esse período, os recursos voltariam a ser direcionados para o FAT, de forma gradativa, para projetos de desenvolvimento, de geração de empregos e ações proteção ao trabalhador, incluindo as situações de vulnerabilidade causadas por catástrofes ambientais. Nessa esteira, indicou que estaria em contato com o relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB/AM) para tratar dessa revisão.

Também citou o projeto [Escola Trabalhador 4.0](#), em parceria com a Microsoft, que visa a capacitar 5 milhões de pessoas na área digital até 2026. Para garantir o acesso à plataforma, estão sendo estabelecidas parcerias com entidades privadas e públicas que disponibilizarão salas e computadores.

Adiante, fez menção aos grupos de trabalho tripartite, um dedicado à discussão [valorização da negociação coletiva e estrutura sindical](#) e outro focado na [regulamentação do trabalho por aplicativos](#). Sobre o último indicou haver avanços nas negociações com empresas de aplicativos de transporte de passageiros, entretanto, seguem as conversas com as empresas de entrega, indicando a necessidade de apoio do Congresso sobre o tema.

Após o questionamento do senador **Paulo Paim** sobre o imposto sindical, o ministro **Marinho** ponderou que o governo reconhece a importância de que os sindicatos tenham recursos para realizar suas atividades e representar adequadamente os trabalhadores, no entanto, negou a possibilidade de o imposto voltar ao que era antes.

Posteriormente, o senador questionou sobre a redução da jornada de trabalho, ao que o Ministro destacou que essa discussão vai além dos limites do Governo e tem caráter fundamental para toda a sociedade, enfatizando, assim, que o responsável pela decisão final nesse assunto é o Parlamento.